

**FACULDADE DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GABRIEL MATHEUS LEANDRO

**CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS CONTÁBEIS: uma pesquisa com os contabilistas do
município de Juína-MT**

Juína-MT

2018

FACULDADE DO VALE DO JURUENA

GABRIEL MATHEUS LEANDRO

**CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS CONTÁBEIS: Uma pesquisa com os contabilistas do
município de Juína-MT**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade do Vale do Juruena como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Antonielle Pagnussat.

Juína-MT

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Prof. Romualdo Duarte Gomes

AJES - Faculdade do Vale do Juruena

Leandro, Gabriel Matheus.

L437c Convergência às Normas Contábeis: uma pesquisa com os contabilistas do município de Juína-MT. / Gabriel Matheus Leandro – Juína - MT.
59 f.; il. Color. 30 cm.

Orientadora: Profa. Esp. Antonielle Pagnussat.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis – AJES - Faculdade do Vale do Juruena, 2018.

1. Normas Contábeis. 2. IFRS. 3. Contabilidade. I. PAGNUSSAT, Antonielle.
II. AJES - Faculdade do Vale do Juruena. III. Título.

CDU 657.1(062.13)

Bibliotecário Responsável: Salatiel J. G. Blanco – CRB1/MS - 2528

FACULDADE DO VALE DO JURUENA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Linha de Pesquisa: CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS CONTÁBEIS

LEANDRO, Gabriel Matheus. **Convergência às Normas Contábeis:** Uma pesquisa com os contabilistas do Município de Juína-MT. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, 2018.

Data da Defesa: 13/11/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Esp. Antonielle Pagnussat

ISE/AJES

Membro Titular: Prof. Me. Wilson Antunes de Amorim

ISE/AJES

Membro Titular: Profa. Esp. Jaqueline Marques da Silva

ISE/AJES

Local: Associação Juinense de Ensino Superior

AJES – Faculdade do Vale do Juruena

AJES – Unidade Sede, Juína-MT

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Eu, Gabriel Matheus Leandro, portador da Cédula de Identidade – RG nº 2380055-0 SEJUSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 050.026.581-05, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Convergência às Normas Contábeis: Uma pesquisa com os contabilistas do Município de Juína-MT”, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.

Juína/MT, 13 de novembro de 2018.

Gabriel Matheus Leandro

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos dedico primeiramente a Deus, por ter me concedido à vida. Agradeço a minha família por sempre ter me apoiado nos momentos mais difíceis. Agradeço, em especial minha mãe por compreender minhas decisões e sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, tristes e alegres.

Aos meus irmãos em especial o Raphael Egnaldo Leandro que sempre me aconselha, me apoia nas minhas tomadas de decisões pessoal e profissional. Também meu amigo Jardel Selos Mesquita que sempre me apoiou e a minha namorada Ana Claudia Paludo que esteve ao meu lado desde o início da minha vida acadêmica me apoiando.

Por fim, aos professores que contribuíram para a minha formação acadêmica, e em especial a minha orientadora professora Antonielle Pagnussat que me auxiliou no desenvolvimento do trabalho.

De nada valem as ideias sem homens que possam

pô-las em prática

Karl Marx

RESUMO

A presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: Como os contadores da cidade de Juína no Estado de Mato Grosso estão trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade? Para responder ao problema apontou-se como objetivo: verificar como os contabilistas da cidade de Juína vêm trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade. Como resultado adicional fez-se uma comparação com outra pesquisa aplicada na mesma localidade e para o mesmo público alvo, no ano de 2009, onde iniciava-se o processo de convergência. Este trabalho apresenta características quanto à natureza da pesquisa como aplicada, com uma abordagem de pesquisa quantitativa quanto aos objetivos descritivos onde os procedimentos técnicos utilizados foram de cunho bibliográfico e pesquisa de campo, esta última, realizada através da aplicação de um questionário *online* direcionado aos contabilistas do município de Juína-MT. A amostra foi composta por 200 participantes dos quais obteve-se 31 respostas. Os dados foram tabulados quantitativamente, e através de gráficos foi possível apontar o percentual de respostas para cada questão. Os resultados apontam que os contabilistas do município de Juína-MT ainda estão passando por um processo de aprendizado e procurando meios para se capacitar. Os mesmos reconhecem que o problema em si é a falta de interesse em entender o processo pelo qual o país teve que passar para realizar uma contabilidade uniforme, adequada aos padrões internacionais exigidos pelo mercado.

Palavras-chaves: Normas Contábeis, IFRS, Contabilidade.

ABSTRACT

The present investigation sought to answer the following problem: How do the accountants of the city of Juina in the State of Mato Grosso are working to overcome the challenges brought by the process of convergence to the International Accounting Standards? To answer the problem the objective was pointed out: to verify how the accountants of the city of Juina have been working to overcome the challenges brought by the process of convergence to the International Accounting Standards. As an additional result, a comparison was made with other research applied in the same locality and for the same target audience, in 2009, where the convergence process began. This paper presents characteristics in terms of the nature of the research as applied, with a quantitative research approach in terms of descriptive objectives where the technical procedures used were of a bibliographic nature and field research, the latter carried out through the application of an online questionnaire aimed at accountants in the municipality of Juina-MT. The sample was composed of 200 participants, of which 31 responses were obtained. The data were tabulated quantitatively, and through graphs it was possible to record the percentage of responses for each question. The results indicate that the accountants of the municipality of Juina-MT are still going through a learning process and looking for ways to train themselves. They recognize that the problem in itself is the lack of interest in understanding the process by which the country had to pass to perform a uniform accounting, adequate to the international standards demanded by the market.

Keywords: Accounting Standards, IFRS, Accounting.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da contabilidade	18
Quadro 2 - Comparação entre as exigências do profissional contábil.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero do Contabilista	36
Gráfico 2 - Idade dos Contabilistas	37
Gráfico 3 - Formação do Contabilista	38
Gráfico 4 - Segmento de Atuação.....	39
Gráfico 5 - Tempo de atuação na área.....	40
Gráfico 6 - Observação da profissão contábil	41
Gráfico 7 - Conhecimentos sobre a Lei 11.638/07	42
Gráfico 8 - Conhecimentos sobre a Lei 11.941/09.....	43
Gráfico 9 - Participação em eventos sobre a Lei 11.638/07 ou IFRS ou MP 449/08	44
Gráfico 10 - Desafios em nossa região em relação à capacitação	45
Gráfico 11 - As práticas contábeis e o comportamento dos clientes	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 Histórico da normatização contábil no Brasil.....	18
1.2 Órgãos reguladores internacionais.....	22
1.2.1 <i>International Accounting Standard Board (IASB)</i>	22
1.2.2 <i>Financial Accounting Standards Board (FASB)</i>	23
1.3 Órgãos reguladores da contabilidade brasileira.....	24
1.3.1 Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	24
1.3.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	25
1.3.4 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON)	26
1.3.5 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).....	26
1.3.6 Banco Central do Brasil (BACEN)	27
1.4 Convergência ou harmonização?.....	28
1.4.1 Principais Motivos para o Processo de Convergência.....	29
1.4.2 <i>International Financial Reporting Standarts (IFRS)</i>	29
1.5 O profissional contábil e seu papel para a melhoria do processo	30
1.6 Impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para a profissão e para o profissional contábil	31
2 METODOLOGIA.....	33
2.1 Quanto à natureza	33
2.1.1 Pesquisa aplicada.....	33
2.2 Quanto à abordagem do problema.....	33
2.2.1 Pesquisa Quantitativa	33
2.3 Quanto aos objetivos	33
2.3.1 Pesquisa descritiva.....	33
2.4 Quanto aos procedimentos.....	34
2.4.1 Bibliográfica	34
2.4.2 Pesquisa de campo.....	34
2.5 Desenvolvimento da pesquisa	34
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
3.1 Discussão Geral dos Resultados	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	50
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

A contabilidade mundial vem passando por diversas transformações, diante disso, o Brasil vem se adequando às Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Esse processo de harmonização, que teve início após as alterações realizadas na Lei nº 6.404/76, alterações essas que ocorreram através das leis 11.638/07 e 11.941/09, tendo como objetivo de levar aos usuários informações úteis que possam ser comparadas nos mais diversos países (FREIRE *et al.*, 2012).

Conforme Nobes e Parker:

(...) a contabilidade tem passado por transformações desde a Segunda Guerra Mundial, devido a alterações políticas (como a livre circulação de pessoas e bens), o forte crescimento do comércio internacional e a internacionalização dos mercados financeiros e de empresas. Essa crescente globalização torna necessária a redução de diferenças entre os sistemas contabilísticos internacionais, com o objetivo de aumentar o nível de comparabilidade entre as demonstrações financeiras das empresas de diversos países (2006 NOBES e PARKER *apud* CARVALHO *et. al.*, 2008, p. 182)./

Com essa redução das diferenças entre os sistemas contabilísticos, torna-se de suma importância a adequação dos profissionais, para que possam entender e cooperar com a melhora das informações (FREIRE *et al.*, 2012).

A Lei 11.638/07 introduziu várias transformações significativas, que afetaram diretamente as Sociedades Por Ações e as Empresas de Grande Porte. As mudanças vieram para dar uma melhoria na informação contábil, com essas alterações deixou de ser obrigatório a DOAR (Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos) trazendo duas novas demonstrações: DVA (demonstração do valor adicionado) que é obrigatório para as Sociedades Anônimas, e DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa). Também ocorreram algumas alterações na estrutura do balanço patrimonial. O ativo permanente, ficou dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido. O passivo dividido em passivo circulante e não circulante. O patrimônio líquido dividido em capital social, reserva de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados (SOUZA, 2012).

Para as S/A (Sociedades Anônimas) suas demonstrações financeiras observarão, ainda, as normas expedidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e serão obrigatoriamente submetidas à auditoria por auditores independentes nela registrados.

Com isso, alguns especialistas, por saberem sobre a adaptação do Brasil às normas internacionais, veem como um grande obstáculo, a carência de profissionais capacitados em IFRS (AMARAL, COSA, & CAMPOS, 2010, p. 8).

Acerca disso, este trabalho visa conhecer como os contabilistas da cidade de Juína estão trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade, além de realizar uma pesquisa, irá mensurar os dados levantados durante a mesma e apontar quais os principais desafios encontrados pelos mesmos no referido processo.

Ademais, a pergunta que se pretendeu responder ao longo do estudo foi a seguinte: Como os contadores da cidade de Juína no Estado de Mato Grosso estão trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade?

Buscando responder este questionamento, estabelece-se como objetivo geral desta pesquisa: verificar como os contabilistas da cidade de Juína vêm trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade.

Ainda para facilitar o alcance do objetivo geral, são definidos os objetivos específicos deste trabalho como sendo: revisar a bibliografia pertinente ao tema, com vistas a esclarecer as principais mudanças trazidas pelo processo de convergência; realizar uma pesquisa junto aos contabilistas na cidade de Juína no Mato Grosso; mensurar os dados da pesquisa e apontar os principais desafios encontrados pelos contadores.

Como análise adicional, fez-se uma análise complementar com os resultados encontrados pela pesquisa de Celiane Pascoal Guebara, no ano de 2009, quando iniciava-se o processo de convergência, visando observar como os profissionais daquela época estavam se capacitando, e como os profissionais de hoje estão reagindo. Observa-se que no ano de 2009 as informações eram mais restritas, onde o acesso à internet não era tão comum como nos dias de hoje. Ademais, o público alvo e o local desta pesquisa foram o mesmo utilizado pelo trabalho anterior.

A escolha do tema justifica-se pela atual situação da contabilidade no Brasil, tendo em vista as possíveis dúvidas que os profissionais da área de contabilidade possam vir a ter e como estes estão agindo para se adequar. Vale ressaltar também o quanto é importante para os usuários da contabilidade o conhecimento sobre as alterações realizadas pela Lei nº 11.638/07, fazendo com que a contabilidade brasileira seja entendida em qualquer lugar.

Este trabalho apresenta características quanto à natureza da pesquisa como aplicada, com uma abordagem de pesquisa quantitativa quanto aos objetivos descritivos onde os procedimentos técnicos utilizados foram de cunho bibliográfico e pesquisa de campo.

Sendo assim pode-se verificar que ao passar quase dez anos da introdução das novas práticas contábeis, os contabilistas da cidade de Juína ainda têm muita dificuldade com relação à capacitação sobre as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, e muitos empresários não tem a real noção do que houve após as alterações das práticas contábeis.

Este trabalho limitou-se à pesquisa com os contabilistas da cidade de Juína-MT sobre as convergências às normas contábeis, diante disto sugere-se para pesquisas futuras a comparação entre as cidades deste Estado, analisando como os profissionais de diferentes cidades estão se adequando com essas alterações introduzidas pela convergência às normas contábeis.

Diante disto, o presente trabalho poderá contribuir para a formação acadêmica do autor, e ainda, servirá como fonte de pesquisa para futuros trabalhos acadêmicos. Embora trate de um tema importante no âmbito nacional, levou em consideração apenas a opinião dos profissionais do município de Juína no Estado de Mato Grosso.

Estruturalmente o trabalho está organizado da seguinte forma: No capítulo I consta a Introdução, onde estão contemplados os objetivos, o problema de pesquisa, metodologia e justificativa; no capítulo II apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a pesquisa; no capítulo III constam os aspectos metodológicos; no capítulo IV, a análise e discussão dos resultados e no por fim, no V capítulo, as conclusões do estudo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são abordadas as bases teóricas que tratam do histórico da contabilidade, sua evolução no Brasil de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, os principais órgãos reguladores do setor e ainda, os impactos causados pela adoção de tais normas na profissão contábil.

1.1 HISTÓRICO DA NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL NO BRASIL

A contabilidade está presente desde os primórdios da humanidade, segundo (SCHMIDT; SANTOS, 2006) as práticas correlacionadas à contabilidade ocorreram há muito tempo, antes mesmo do surgimento da escrita. Alguns pesquisadores encontraram fichas de argila que foram utilizadas como ferramenta por donos de rebanhos para o controle de suas ovelhas. Tais fichas foram utilizadas aproximadamente 8.000 a.C. e este período ficou conhecido como fase empírica.

Já (ALEIXO, 2013, p. 3 apud BARRTEO (2011) narra essa origem citando que os cientistas afirmam que o *homo sapiens*, há cerca de 30 mil anos atrás, já demonstrava algum tipo de conhecimento contábil. Algumas grutas formaram provas arqueológicas, como a de *Daurignac* no departamento do *Haute*, ao sul da França e também registros idênticos foram encontrados no Brasil, no município de Raimundo Nonato, no Piauí.

Já (AGOSTINI; CARVALHO, 2011, p.4 apud LIMA (2006) defende que a evolução da contabilidade é dividida em quatro etapas:

Quadro 1 - Evolução da contabilidade

Período	Características
Contabilidade do Mundo Antigo	Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o <i>Líber Abaci</i> , de autoria de Leonardo Fibonacci, o Pisano.
Contabilidade do Mundo Medieval	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o <i>Tractatus de Computis et Scripturis</i> (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494; enfatizando que à teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribui para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
Contabilidade do Mundo Moderno	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra <i>“La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche”</i> , da autora de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

Contabilidade do Mundo Científico	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.
--	---

Fonte: (LIMA 2006, p.01)

O Brasil, por ser um país mais jovem, entrou na época considerada como a Contabilidade do Mundo Moderno, não passando por períodos considerados primitivos (PELEIAS & BACCI, 2004).

Com a chegada da Família Real Portuguesa no século XIX, o país teve um sistema de contabilidade implantado. Logo após está chagada, José da Silva Lisboa, intitulado Visconde de Cairu, publicou uma obra chamada “Princípios de Economia Política”. Já em 1808 cria-se a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e navegações, que tinha como adoção o método das partidas dobradas, para controle dos bens (PELEIAS & BACCI, 2004, p. 41).

O Brasil foi fortemente influenciado pela escola italiana. A primeira escola especializada no ensino da contabilidade foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902 (IUDÍCIBUS, 2006, p. 41).

Tendo em vista os relatos sobre a história da contabilidade e seu surgimento no Brasil, e ainda, levando em consideração todo o tempo em que a contabilidade era feita nas práticas de troca e os controles eram realizados somente para o conhecimento dos donos do rebanho acerca dos bens que possuíam, surge a necessidade de normatizar e adequar as práticas realizadas entre os comerciantes e demais usuários. No Brasil, o caminhar da contabilidade foi um tanto lento, pois, enquanto o país era colônia de Portugal, a Contabilidade era feita apenas para atender os anseios da Coroa (PELEIAS & BACCI, 2004).

A partir da Independência em 1822, com a escassez dos produtos nacionais e a grande importação de produtos de outros países, abertura dos portos e a grande quantidade de exportações, a Coroa Imperial entendeu que havia a necessidade de uma arrecadação tributária e um controle sobre as operações que estavam sendo realizadas (SAYED, KASSUBA, & DUARTE, 2017).

Segundo Iudícibus e Ricardino, (2002, p. 8) "Entre os estudiosos e profissionais de contabilidade a primeira Lei considerada das Sociedades Anônimas foi promulgada pelo Decreto 2.627, de 1940.". Está lei estabeleceu alguns procedimentos para avaliação dos ativos e a apuração para distribuição dos lucros.

A contabilidade no Brasil teve uma grande evolução logo após a década de 1950, depois de uma forte influência dos Estados Unidos no governo do então Presidente Juscelino

Kubitschek, fase em que aumentaram as indústrias e deu-se à abertura de capitais das empresas brasileiras. A partir deste momento a contabilidade precisava passar por algumas mudanças para atender às necessidades dos seus mais diversos usuários (FLORIANÓPOLIS, 2017, p. 4).

Para suprir a demanda de fazer os lançamentos contábeis e a escrituração corretamente, de forma uniforme para facilitar o entendimento, surge a necessidade da criação de leis e normas que norteassem este trabalho, contudo, segundo Iudícibus e Ricardino (2002, p. 12) “as leis não surgem do dia para a noite”.

Então, em 1950 foi criada a Lei nº 556/50 que tratava do Código Comercial e dava um norte, naquele momento crucial para os registros contábeis, como podemos ver em seu Artigo 10º e Inciso I: “Todos os comerciantes são obrigados a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter livros para esse fim necessário”. Ainda falando sobre o Artigo 10º deste Código, em seu Inciso IV, está descrito que: “Deverão informar os balanços anualmente de seus ativos e passivos de forma a compreender todos os bens, dívidas, obrigações passivas, dinheiro e papel de crédito, e qualquer outra forma de valores”. Já em seu Artigo 11º podemos ver que “os livros que os comerciantes são obrigados a ter são o Diário e o Copiador de cartas”, esses livros ainda deveriam estar em conformidade com o modelo de escrituração citada no Artigo 10º desta mesma Lei (BRASIL, 1850).

A primeira discussão sobre a harmonização contábil no Brasil ocorreu em 1926 e suas alterações em 1940, com inovações significativas, a primeira referia-se às Normas de Contabilidade Pública e a segunda sobre Sociedades Anônimas. Já em 1946 foi promulgado o Decreto de Lei nº 9.295/46, criando o CFC – Conselho Federal de Contabilidade e os CRCs - Conselho Regional de Contabilidade (SILVA,, 2006).

Após o desenvolvimento desses órgãos e a necessidade de regulamentar e fiscalizar de forma melhor as operações, em 15 de dezembro de 1976 foi implementada no Brasil a Lei 6.404, também chamada de Lei das Sociedades por Ação, introduzindo novos e importantes conceitos, fazendo com que a contabilidade brasileira se alinhasse com a de vários países Europeus, melhorando os procedimentos contábeis das companhias de capital aberto que atuavam no Brasil (GERON, 2008, p. 31).

Depois da introdução desta Lei, ocorreram várias inovações referentes às Demonstrações Contábeis e seus componentes, dando maior qualidade para as informações, visando fortalecer o mercado financeiro de capitais. Entretanto, os grandes empresários

tradicionais ainda tinham medo do que iria acontecer depois desta transformação. Segundo relatos de Carvalho (*apud* SAYED, KASSUBA e DUARTE, 2017 p. 259) “Na época da discussão sobre a Lei 6.404 era o então deputado Tancredo de Almeida Neves [...] ele sofria pressão dos empresários que o projeto do jeito que estava iria acabar com o setor privado nacional”. Eles tinham receio de que, com a divulgação da movimentação de suas empresas, os grandes empresários europeus viessem para o Brasil para tomar o mercado, tendo em vista que eles teriam todas as informações das empresas brasileiras, porém, nada disso aconteceu.

Segundo Silva e Martins (2007, p.165) “Neste mesmo ano foi criada através do projeto de Lei 6.385 no dia 07 de dezembro de 1976 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o intuito de regulamentar e promover o desenvolvimento do mercado de capitais”. Seus membros são nomeados pelo Presidente da República.

Para Bacci (2002, p.134) “A nova lei veio para consagrar a adoção do sistema contábil americano com algumas contribuições brasileiras de relevância”. Passados alguns anos da introdução desta Lei, devido à queda da inflação no país e a implantação do Plano de Estabilização Econômica conhecido como Plano Real, e com o objetivo de alinhar as práticas contábeis com as internacionais a Lei 6404/76 sofreu várias alterações (BUGARIM & OLIVEIRA, 2014).

Com o intuito de melhorar, modernizar e harmonizar a prática contábil no Brasil introduzida pela Lei 6404/76, em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei 11.638/07 que modificou o corpo da lei anterior, principalmente em suas disposições de natureza contábil (IUDÍCIBUS, MARTINS, & GELBCKE, 2009).

Após a introdução da Lei 11.638/2007 os padrões de contabilidade utilizados no país sofreram várias modificações. O objeto destas modificações é a convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade. O principal normatizador contábil do mundo é a IASB – *International Accounting Standards* órgão que emite as IFRS – *International Financial Reporting Standards*. O grande objetivo do IASB consiste em “Desenvolver um único conjunto de normas contábeis de alta qualidade, compreensíveis, executáveis globalmente” (IFRS, 2017).

1.2 ÓRGÃOS REGULADORES INTERNACIONAIS

Para que o mundo possa entrar em um acordo para padronização nas normas contábeis deverá sempre existir órgãos responsáveis por emitir essas normas a fim de que as torne um padrão para os países que as aderirem. O Brasil utiliza as normas editadas pela *International Accounting Standard Board* (IASB) e suas normas são conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Já os Estados Unidos utiliza outra organização que é responsável por emitir normas de contabilidade financeiras e das demonstrações financeiras americanas, *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

1.2.1 *International Accounting Standard Board* (IASB)

A década de 1960 foi marcado por diversas transformações ao redor do mundo com relação às práticas contábeis. Não havia uma prática contábil uniforme, diversos países tinham suas teorias e teses de como deveria ser realizados os procedimentos e como devia ser publicadas as demonstrações contábeis das empresas. Mas em 1966, um jovem chamado Sir Henry Benson teve a iniciativa de convencer o ICIAP – *American Institute of Certified Public Accountants* e o CICA - *Canadian Institute of Chartered Accountants* para construir o AISG (ZEFF, 2014).

Após esta iniciativa de convencer os órgãos a constituírem a AISG e lançar vários livretos que comparavam as abordagens contábeis de auditoria nos EUA no Canadá e no Reino Unido. Benson teve mais uma iniciativa após reuniões com as lideranças dos órgãos globais de todo o mundo. Em 1973, Benson liderou a fundação do *International Accounting Standards Committee* (IASC).” A grande motivação dele era de promover a harmonização das normas contábeis para diminuir a diferença nas práticas contábeis entre os países.” (ZEFF, 2014).

O IASC foi a primeira tentativa de normatização contábil no mundo. Para Camfferman e Zeff:

(..) antes mesmo do IASC lançar sua primeira norma, Benson convenceu a Bolsa de Londres a exigir que as empresas negociadas em bolsa evidenciassem divergências das normas do IASC, pressionando, assim, o recém-lançado *Accounting Standards Steering Committee* britânico e as empresas daquele país a cumprir as práticas recomendadas nas normas do IASC (CAMFFERMAN e ZEFF *apud* ZEFF, 2014, p. 302).

Após mais de 27 anos de tentativas de padronizar as normas ao redor do mundo, publicando normas e realizando reuniões com diversos órgãos para fazer um padrão contábil, em 1 de abril de 2001 a IASC passou a ser chamada de IASB – *International Accounting Standards Board*. Sendo assim, segundo Zeff (2014, p.311) “Suas normas passaram a ser reconhecidas como *International Financial Reporting Standards*.” (IFRS).

No Brasil, como a contabilidade sempre andou a passos lentos, só então a partir de 2009 foi que o país conseguiu entrar em um processo de padronização com as normas internacionais de contabilidade que são emitidas pela IASB normas essas conhecidas como IFRS (ZEFF, 2014).

1.2.2 *Financial Accounting Standards Board* (FASB)

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) foi fundado em 1973, considerado um órgão independente, sem fins lucrativos que tem como finalidade estabelecer normas contábeis e financeiras (FASB, 2018). Porém antes mesmo deste órgão ser criado (LOUREIRO & DIAS, 2005, p.21) “as normas financeiras de contabilidade e suas publicações eram estabelecidas por um comitê de pronunciamentos contábeis do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA)”.

Já Tavares faz algumas considerações:

O *Financial Accounting Standards Board*, FASB (Comitê de Normas de Contabilidade) é composto por sete membros indicados por uma junta de diretores (indicados pelo AICPA) para prestação de serviços em tempo integral. O FASB é um órgão independente, reconhecido pela SEC, com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis. Os recursos do FASB são providos por uma fundação contábil/financeira independente, a qual é responsável pela indicação dos seus sete membros (TAVARES *apud* VIDAL, VIDAL e MACIEL, 2011, p. 3).

Ainda Vidal, Vidal e Maciel (2011, p.3) relatam sobre a missão da FASB que “Consiste em estabelecer e melhorar os padrões de contabilidade financeira, e também contribuir para a educação contábil.”

Para o FASB cumprir sua missão deverá atuar a fim de:

a) Melhorar a utilidade da informação financeira, enfocando nas características primárias de relevância e confiabilidade e nas qualidades de comparabilidade e consistência;

- b) Manter os padrões atualizados para refletir as mudanças ocorridas no ambiente econômico;
- c) Considerar, prontamente, qualquer área significante deficiente de uma informação financeira adequada e que poderia ser melhorada pelo estabelecimento de padrão;
- d) Promover a convergência internacional de padrões de contabilidade, provendo simultaneamente, a melhora da qualidade da informação financeira;
- e) Melhorar o entendimento comum da natureza e propósitos da informação contida nos relatórios financeiros. (FASB *apud* VIDAL, VIDAL e MACIEL, 2011, p. 3-4).

O FASB é uma organização que tem a responsabilidade de estabelecer os padrões da contabilidade financeira e a elaboração das demonstrações financeiras para as empresas do setor privado dos Estados Unidos. Suas normas são reconhecidas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão que tem como responsabilidade proteger os investidores e realizar manutenção da integridade do mercado (LOUREIRO & DIAS, 2005).

1.3 ÓRGÃOS REGULADORES DA CONTABILIDADE BRASILEIRA

A contabilidade brasileira tem o mesmo padrão de regulação dos demais países, tendo órgãos responsáveis pela introdução de normas e regulamentação das mesmas. Os órgãos que regulamentam essas normas no Brasil são: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Banco Central do Brasil (BACEN).

1.3.1 Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

O Conselho Federal de Contabilidade é um órgão que foi instituído pelo Decreto de Lei 9.295, no dia 27 de maio de 1946.

Segundo Niyama (*apud* VIDAL, VIDAL e MACIEL, 2011), o CFC foi responsável por criar um grupo responsável por desenvolver as normas brasileiras de contabilidade.

Conforme Niyama:

O primeiro grupo foi criado em 1981, constituído por representantes de diversos órgãos reguladores do país, como Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados, Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, além do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (NIYAMA *apud* VIDAL, VIDAL e MACIEL, 2011, p. 4).

Sendo assim o CFC tem como a finalidade principal “orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil” (CFC, 2018).

1.3.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A Comissão de Valores Mobiliários é uma entidade vinculada ao Ministério da Fazenda que é dotada de autoridade e administração independente.

Foi instituída no dia 07 de dezembro de 1976 pelo decreto de Lei 6.385 e tem como o principal objetivo “Fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários” (CVM, 2018).

A CVM trata-se de um órgão que tem algumas finalidades descritas, por exemplo, em seu Artigo 3º, Inciso II “Promover o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações em ações em companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais, e proteger titulares de valores mobiliários e investidores do mercado de capitais”. Sendo assim, ainda em seu Artigo 3º, Inciso V “Ela deverá coibir a modalidade de fraude ou manipulação destinada a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado.” (CVM, 2018).

Para que as informações não sejam violadas e não haja fraude ou manipulação, conforme foi citado no parágrafo anterior, a CVM em atribuição dos seus exercícios legais deverá analisar livros e documentos fiscais conforme descrito em seu Artigo 10º Inciso I da seção VI.

(...) no exercício de suas atribuições legais, poderá: I - examinar os registros contábeis e livros ou documentos: a) das pessoas naturais e jurídicas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários; b) das companhias abertas; c) dos fundos e sociedades de investimento; d) das carteiras e depósitos de valores mobiliários; e) dos auditores independentes; f) dos consultores e analistas de valores mobiliários; g) de quaisquer outras pessoas, naturais ou jurídicas, que participem no mercado, ou de negócio no mercado, quando houver suspeita fundamentada de fraude ou manipulação, destinada a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários (CVM, 2018).

Sendo assim, a CMV tem como responsabilidade principal fiscalizar e normatizar o mercado financeiro do país, sempre levando em consideração sua finalidade e atribuições legais.

1.3.4 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON)

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil foi instituído no dia 13 de dezembro de 1971, “Este órgão surgiu após a união de dois institutos que regulamentavam os contadores que trabalhavam com auditoria independente.” (IBRACON, 2018). Como a economia do país andava em corrente mudança, o IBRACON surge para auxiliar o processo de reconstrução das empresas de capitais logo após a quebra da Bolsa em 1970.

Ainda sobre o intuito da constituição desta entidade “O Instituto foi criado justamente para auxiliar no processo de reconstrução, quando a auditoria independente passou a ser obrigatória para as empresas de capital aberto.” (IBRACON, 2018).

Com o passar do tempo, o Brasil foi se adequando às normas internacionais, segundo *site* do IBRACON, foi formada uma parceria com IFRS.

A parceria com a IFRS Foundation permitiu que o Ibracon se tornasse a entidade autorizada a traduzir o Livro Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) (IBRACON, 2018).

O instituto também teve participação na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e participa da emissão dos pronunciamentos ao qual o CPC é responsável.

1.3.5 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi instituído por uma resolução, o CFC nº 1.055/05.

O principal objetivo da criação desta deste comitê é “(..) o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza” (CFC, 2018).

Segundo Fernandes *et al.* (2011), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado:

(...) a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado e Capitais (APIMEC); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (FERNANDES *et al.*, 2011, ‘p. 5).

O CPC é totalmente autônomo e das entidades representadas deliberada de 2/3 dos seus membros, existem seis entidades que representam o CPC, mas podem ser convidadas outras futuramente. Além dos membros atuais poderão ou sempre serão convidados os membros representantes dos seguintes órgãos: Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Banco Central do Brasil (BACEN); Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP); e Secretaria da Receita Federal (SRF) (GELBCKE, 2009).

Conforme Martins, Martins e Matins:

O plano das instituições ligadas ao CPC, e também do governo, é que o Brasil tenha sua contabilidade totalmente harmonizada com as normas internacionais, e o trabalho desse comitê está sendo desenvolvido no sentido de que isso seja já aplicado diretamente nos balanços individuais, primários, de tal forma que não exista um balanço de acordo com as regras brasileiras e outro de acordo com as internacionais, como está ocorrendo hoje nos países da União Europeia, onde cada empresa faz o seu balanço de acordo com suas regras nacionais e, depois, o consolidado de acordo com o IASB. Queremos evitar isso, queremos que o individual e o consolidado brasileiros sejam feitos com base em um único conjunto de regras (MARTINS, MARTINS, MATINS, 2007, p. 28-29).

Para Fernandes *et al.* (2011, p.64) “O CPC veio preencher o vazio que existia no Brasil quanto à centralização da normatização contábil convergente às normas internacionais”.

Conforme afirmam os autores citados, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi instituído no Brasil a fim de orientar e fazer as interpretações das Normas Internacionais emitidas pela IASB, a fim de padronizar as práticas contábeis realizadas no país, e seguir um padrão mundial.

1.3.6 Banco Central do Brasil (BACEN)

O Banco Central do Brasil é um órgão de autarquia Federal, sendo vinculado ao Ministério da Fazenda. Foi criado através da Lei 4.595 no dia 31 de dezembro de 1964.

Este órgão é responsável “Pelo controle da inflação no país. Ele atua para regulamentar a quantidade de moeda na economia que permita a estabilidade de preços” (BACEN, 2018).

O Bacen dentre as suas principais atividades como a preocupação com a instabilidade financeira do país. Tem como atribuições:

a) emitir papel-moeda e moeda metálica; b) executar os serviços do meio circulante; c) receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras; d) realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; e) regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; f) efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; g) exercer o controle de crédito; h) exercer a fiscalização das instituições financeiras; i) autorizar o funcionamento das instituições financeiras; j) estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; k) vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais; e l) controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país (BACEN, 2018).

Conforme relatado, o Bacen tem como responsabilidade a manutenção da estabilidade financeira no país, bem como regular a quantidade de moeda que possa circular, fazendo com que a economia fique estável.

1.4 CONVERGÊNCIA OU HARMONIZAÇÃO?

Apesar de se tratar de um assunto de suma importância para a contabilidade, e bastante debatido dentro das salas de aula, para algumas, convergência e harmonização ainda são palavras que soam estranhas. Faz-se necessário então, observar as diferenças entre os processos (GONÇALVES *et al.*, 2014).

A palavra Harmonização, segundo pesquisa no *site Dicio Online* (2018), significa: “Estabelecer harmonia entre conciliar, fazer concordar, congraçar, pôr em harmonia, dividir em partes harmônicas, estar em harmonia, concordar, pôr-se em harmonia, conformar-se.”.

Contudo a palavra Convergência através de uma pesquisa no mesmo *site Dicio Online* (2018) e ano, significa: “Que segue para o mesmo objetivo ou propósito que outro; que obtém ou apresenta os mesmos resultados: mecanismos convergentes; desenvolvimentos convergentes.”

Segundo Ikuno (2012):

Nem todo processo de harmonização ou convergência é infalível, em face da existência de peculiaridades entre os países participantes deste processo. É importante destacar que o processo de harmonização é distinto do processo de convergência. A harmonização permite a aproximação das normas e práticas entre os países, buscando preservar as particularidades inerentes de cada um, e possibilitando a reconciliação dos sistemas contábeis a fim de melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas. Já a convergência passou a ser bastante utilizada com o intuito de definir a trajetória dos países na adoção integral dos *International Accounting Reporting Standards*. (IKUNO, NIYANA, *et al.*, 2012).

Sendo assim a palavra convergência quando se trata de normas contábeis é a mais correta a se falar, pois o processo de convergir trata-se de um propósito da contabilidade brasileira em seguir o mesmo propósito que a contabilidade internacional, realizando os mesmos mecanismos para chegar o mais perto possível dos resultados uniformes (FREIRE *et al.*, 2012).

1.4.1 Principais Motivos para o Processo de Convergência

As divergências nas demonstrações contábeis entre o Brasil e os países onde apresentam suas demonstrações conforme as IFRS é um dos principais motivos para convergência. Apresentando suas demonstrações em conformidade com as leis internacionais, traz mais facilidade para o investimento de estrangeiros nas empresas localizadas no Brasil (MUNHÃO *et al.*, 2013).

Após análise na Lei 6.404/76, o processo se deu como o objetivo de corrigir os erros encontrados, para que os contadores consigam elaborar as demonstrações nos padrões internacionais (TANAKA *et al.*, 2013, p. 4).

Para Iudícibus e Lisboa, o processo de convergência trouxe uma série de vantagens como:

- (a) a qualidade média das normas é claramente superior às atualmente existentes;
- (b) reduzem-se custos nas empresas (não terão que utilizar dois ou mais padrões ao mesmo tempo para efetuar os registros contábeis);
- (c) facilita-se o entendimento e a comparação por parte de investidores internacionais;
- (d) tem-se a impressão de que se entra no clube dos grandes (IUDÍCIBUS & LISBOA, 2007, p. 3).

O processo de convergências às normas contábeis teve intuito de diminuir as inconformidades das práticas contábeis realizadas nas empresas brasileiras, com as realizadas em empresas internacionais (MUNHÃO *et al.*, 2013).

1.4.2 *International Financial Reporting Standarts (IFRS)*

As normas internacionais de relatórios financeiros surgiram após a globalização das empresas, assim poderiam ser fornecidas informações de qualidade aos investidores, e

mantendo uma uniformidade nas informações, podendo ser comparada e analisada em qualquer lugar do mundo (BARBOSA, 2011).

Segundo pesquisa no *site Dicio Online* (2018):

IFRS são um conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade), que visam uniformizar os procedimentos contábeis e as políticas existentes entre os países, melhorando a estrutura conceitual e proporcionando a mesma interpretação das demonstrações financeiras. (Dicio Online, 2018).

Deste modo, “O mundo corporativo estava ainda bem dividido para adoção de um único padrão internacional de contabilidade” (BARBOSA, 2011). Para o autor o mundo estava dividido entre as normas de padrões americanos e o novo modelo a ser seguido que seria os padrões internacionais.

1.5 O PROFISSIONAL CONTÁBIL E SEU PAPEL PARA A MELHORIA DO PROCESSO

O profissional contábil tem passado por um momento de adaptações, sendo que as novas exigências para ele estão cada vez mais severas. Por sua vez, os profissionais que não tiverem acompanhando as mudanças, dificilmente conseguirão sobreviver nesta nova realidade contábil (GUIMARÃES *et al.*, 2011).

Diante deste contexto, Silva (*apud*, KARLINSKI e BIANCHINI, 2014, p. 363) relata que o profissional contábil necessita ter um diferencial dentro da entidade para que ele possa ser visto como um comunicador de informações necessárias para a tomada de decisão na entidade.

Merlo (2006) apresenta em um quadro, a comparação das exigências do profissional de contabilidade de ontem, de hoje e amanhã.

Quadro 2 - Comparação entre as exigências do profissional contábil

PASSADO	PRESENTE	FUTURO
Baixa competitividade	Competitivo	Alta Competitividade
Comércio tradicional	Relações comerciais complexas	Globalização/ Desregulamentação

Ênfase na escrituração	Ênfase no registro	Ênfase nos negócios
Ensino comercial	Ensino técnico	Ensino de gestão
Busca pela padronização	Padronização legal	Adaptação aos negócios
Pouco envolvimento nos negócios	Acompanhamento da gestão	Proposição de soluções
Baixa complexidade das operações	Operações complexas	Operações virtuais
Não-utilização da TI	Uso intensivo da TI	<i>Business Intelligence</i>
Luta pelo reconhecimento	Profissão reconhecida	Profissão fundamental

Fonte: Merlo (2006, p.11)

Após os dados considerados pelo autor, entre as diferenças dos contadores podemos verificar a grande importância que se dá a esta profissão, deixando de ser um mero guarda livro para ser uma pessoa de grande responsabilidade dentro da instituição (GUIMARÃES, *et al.*, 2011).

1.6 IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA A PROFISSÃO E PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Macedo, Machado e Machado (2013) conduziram um estudo comparativo entre a relevância da informação contábil em períodos pré e pós primeira fase do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil entre os períodos entre 1997 a 2009, utilizando empresas não-financeiras. Os autores observaram que houve um ganho de conteúdo informacional no LLPA (Lucro Líquido por Ação) por considerarem que este aumento está associado com o conservadorismo pela introdução do valor justo na contabilidade (MACEDO, MACHADO, & MACHADO, 2013).

Consoni e Colauto (2016), desenvolveram um trabalho com o objetivo de realizar testes com 66 empresas listadas na BM&FBovespa, selecionadas de forma aleatória para verificar a influência do processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, em um período definitivo de oito exercícios sociais, começando de um período anterior às convergências entre (2005 a 2007), durante o período de convergência (2008 a 2009) e após a definitiva convergência brasileira às normas contábeis. Após realizar os testes, os mesmos observaram que o processo de convergência trouxe uma melhora na qualidade da divulgação das informações obrigatórias (CONSONI & COLAUTO, 2016).

Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011), por sua vez, realizaram uma pesquisa a fim de mensurar o impacto jurídico nas alterações realizadas pelas normas internacionais em relação às normas para as Pequenas e Médias Empresas. O estudo foi realizado de forma empírica, considerando a opinião dos *stakeholders* em relação ao alinhamento das normas internacionais para pequenas e médias empresas. Os resultados encontrados nesta pesquisa são contraditórios, pois alguns responderam que existem diferentes características em relação adequação das normas internacionais a pequenas e médias empresas em seus objetivos gerais. Posteriormente, em uma nova pesquisa relacionada a elaborar normas internacionais, mas em um conjunto separado para pequenas e médias empresas, a maioria concordou com essa adequação (CARMO, RIBEIRO, & CARVALHO, 2011).

De acordo com Thomaz, Schneider e Kronbauer (2015), em estudos realizados para analisar o processo de convergência com relação às propriedades para investimentos no Mercosul e na Comunidade Andina, sobre as trinta empresas através dos *sites* das comissões de mercados de valores de cada país, apresentou que através destes dados coletados, os foi possível concluir que a prática contábil é influenciada pela cultura e característica próprias de cada país.

Grecco *et al.* (2013) realizaram uma pesquisa a fim de mensurar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade em empresas sediadas no Brasil. A pesquisa foi aplicada em empresas localizadas na cidade de São Paulo, que efetuaram importações no ano de 2009. Ela foi realizada através de questionários com perguntas abertas e fechadas. Diante disto, o resultado obtido na maioria das perguntas é que a falta de suporte de sistema de informações e a falta de profissional qualificado são os maiores gargalos para o profissional. Como resultado adicional, os autores encontraram resultados que apontam que apesar das dificuldades encontradas, os profissionais acreditam que este processo terá um impacto positivo no que se refere aos investimentos.

2 METODOLOGIA

A metodologia que configurou, destacou o caminho percorrido neste trabalho foi àquela que Gerhardt destacou como: “(...) o caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa.” (2009, p. 13).

2.1 QUANTO À NATUREZA

2.1.1 Pesquisa aplicada

A classificação de uma pesquisa é importante para demonstrar a forma como será realizado o trabalho. Gil (2008, p. 27) relata que a pesquisa aplicada “Tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequência práticas dos conhecimentos.” Este estudo teve como natureza a pesquisa aplicada, pois procurou demonstrar os resultados do problema proposto neste trabalho.

2.2 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

2.2.1 Pesquisa Quantitativa

Malhota (2006, p. 154) relata que “A pesquisa qualitativa busca quantificar os dados e, normalmente aplica alguma forma de análise estatística.”

Sendo assim, o tipo de abordagem deste trabalho se dará de forma quantitativa, pois caracteriza pelo emprego de quantificação tanto na coleta de dados quanto ao seu tratamento e resultados.

2.3 QUANTO AOS OBJETIVOS

2.3.1 Pesquisa descritiva

De acordo com Vergara, a pesquisa descritiva “(...) expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. (...) Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.” (VERGARA, 2009, p. 42).

Este trabalho é de caráter descritivo, pois irá descrever sobre os resultados coletados e através deles apontar as maiores dificuldades encontradas.

2.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

2.4.1 Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica “(...) abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais catalográficos, etc.” (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 182).

Já Pazzani *et al.* (2012, p. 54) descreve “(...) a pesquisa bibliográfica é um trabalho minucioso em busca do conhecimento e base fundamental”, o mesmo ainda destaca que “ (...) a pesquisa bibliográfica é a revisão das principais literaturas que norteiam o trabalho científico.”

Diante disto, este trabalho buscou realizar uma revisão bibliográfica baseada em artigos, livros e leis.

2.4.2 Pesquisa de campo

De acordo com Vergara (2009, p. 43) a pesquisa de campo “(...) é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. O mesmo ainda relata que este tipo de pesquisa pode ser realizada através de aplicação de questionários e entrevistas.

Sendo assim, o trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa na cidade de Juína no Estado de Mato Grosso, sobre o impacto das convergências contábeis para os contabilistas desta cidade.

2.5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi aplicada na cidade de Juína no Estado do Mato Grosso, e teve como público alvo os contabilistas deste município. O questionário, com 11 perguntas fechadas foi aplicado através de uma plataforma *online* do *GOOGLE*, onde foram enviados mais de 200 *e-mails* com o *link* para os contabilistas que eram direcionados para a plataforma do questionário. O período de aplicação do questionário e obtenção das respostas deu-se entre os meses de agosto e setembro de 2018. Dentro deste período, foram obtidas apenas 31 respostas. A tabulação das respostas se deu através da própria plataforma utilizada para

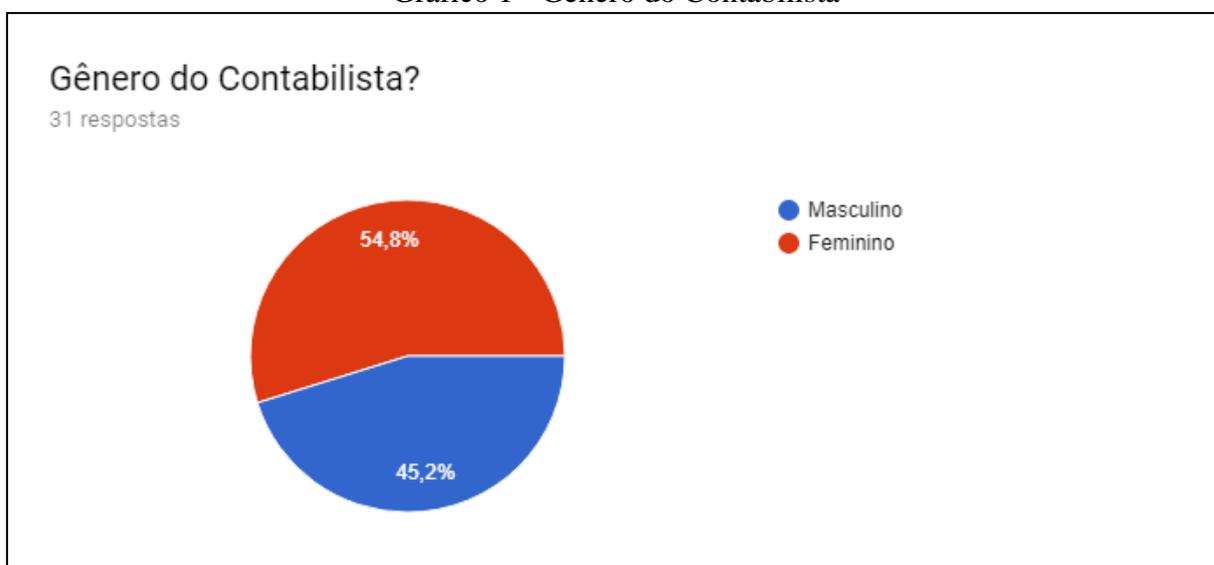
realizar a pesquisa. Os tipos de gráficos utilizados para demonstrar os resultados é o gráfico pizza, buscando demonstrar os percentuais de resposta para cada pergunta.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem o objetivo de analisar todas as respostas às perguntas enviadas por meio do questionário eletrônico. Dos questionários enviados houveram respostas de 31 contabilistas. Cada resposta será descrita por meio de um gráfico e foi analisada individualmente.

A primeira pergunta refere-se ao sexo do contabilista.

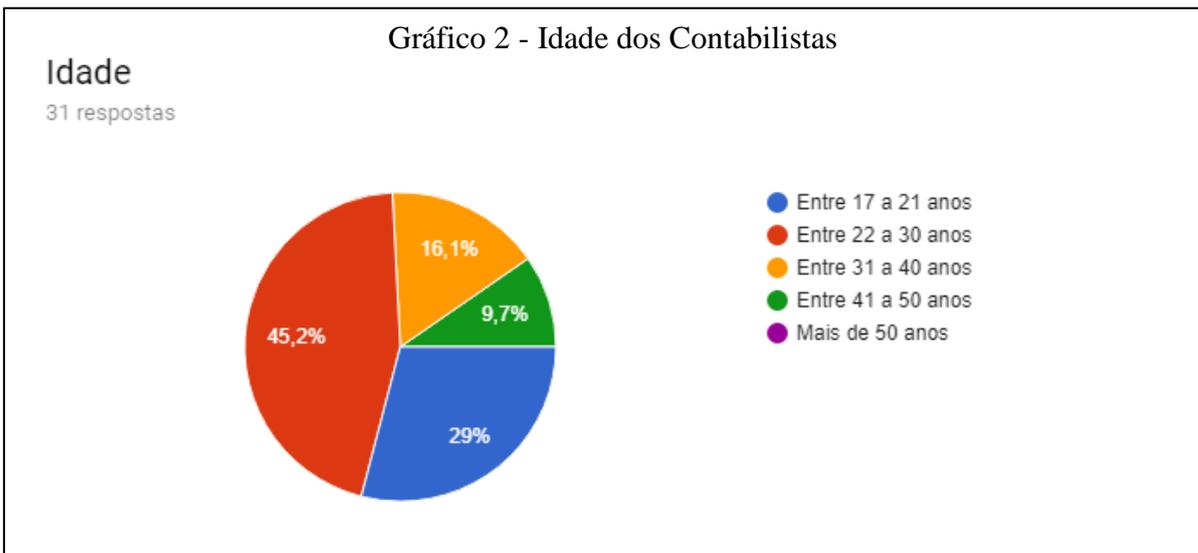
Gráfico 1 - Gênero do Contabilista



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018

De acordo com o que apresenta no gráfico, 54,8% do público alvo da pesquisa é de gênero feminino, e 45,2% é representado por pessoas do gênero masculino. Dentro deste resultado pode se concluir, que da amostra na cidade de Juína as mulheres trabalhando como profissionais contábeis é grande, pois representa quase 10% a mais sobre os homens.

Considerando a pesquisa realizada no ano de 2009, onde profissionais do sexo masculino era de 68% dos pesquisados e 32% eram do sexo feminino, considera-se que houve um crescimento de quase 23% no número de mulheres atuando na área contábil nesta cidade, quanto aos homens teve uma diminuição do mesmo percentual em relação ao crescimento de mulheres.



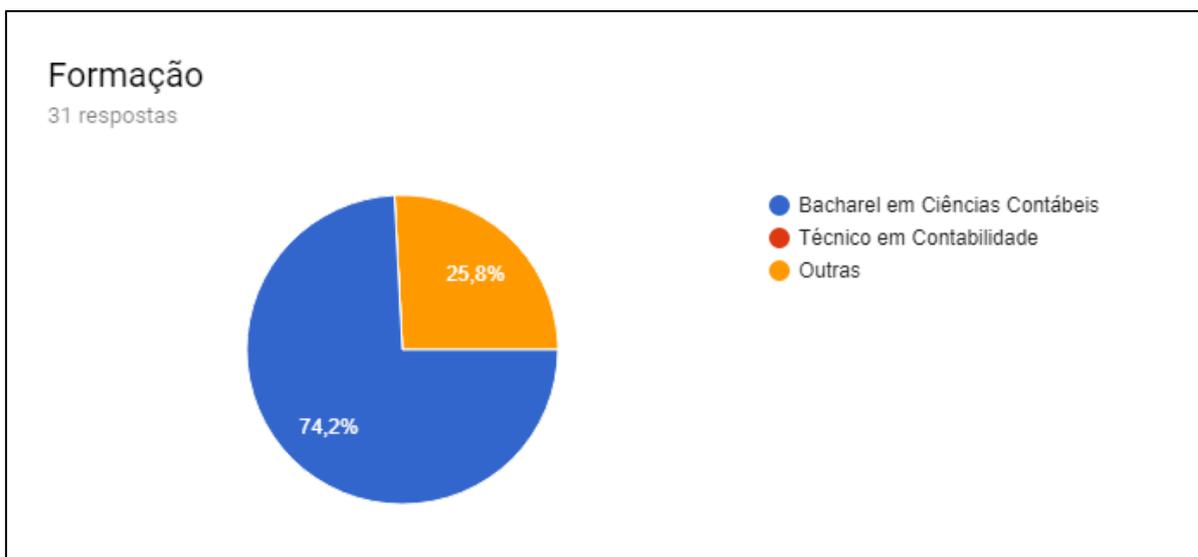
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Conforme representa no gráfico, o maior percentual de respondentes tem entre 22 a 30 anos e representa 45,2%, em segundo, os que têm entre 17 e 21 anos que representa 29%, em terceiro os que têm entre 31 e 40 anos que representa 16,1%, e apenas 9,7% tem entre 41 e 50 anos.

Diferente do que foi encontrado na pesquisa realizada no ano de 2009, o cenário atual mostra que as pessoas que trabalham como contabilistas na cidade de Juína têm entre 22 e 30 anos, sendo que no ano de 2009 a maioria tinha entre 41 e 45 anos. Vale destacar também que há uma grande porcentagem de jovens com idades entre 17 e 21 anos atuando como contabilistas nesta cidade.

Pode ser também pelo fato de que em 2009 ainda estava sendo formadas as primeiras turmas de contabilidade na cidade, e de lá para cá, várias turmas foram formadas, aumentando o número de profissionais e diversificando a média de idades entre eles.

Gráfico 3 - Formação do Contabilista



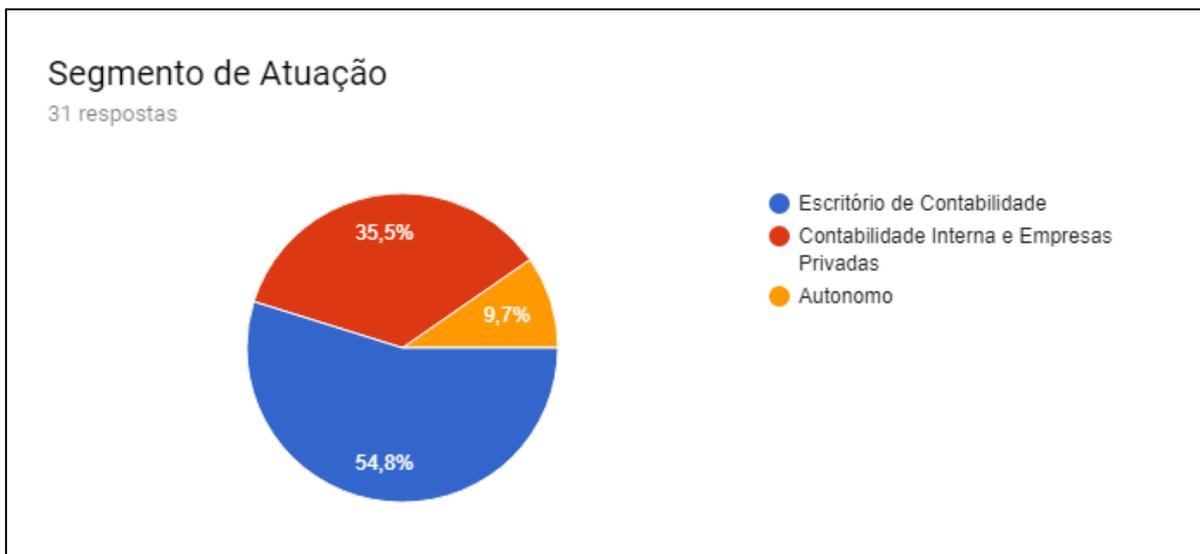
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Vale destacar que 74,2% dos contabilistas são bacharéis em Ciências Contábeis e 25,8% tem outra formação. E ainda, observa-se que nenhum dos respondentes tem a formação em Técnico em Contabilidade.

Sendo assim, diante da pesquisa realizada em 2009 podemos destacar que depois de quase 10 anos, o cenário dentro do município estudado teve uma grande mudança. Em 2009 havia apenas 35% profissionais com a formação em Bacharel em Ciências Contábeis, e 65% tinha a formação de Técnico em Contabilidade.

Este crescimento se deu a partir da promulgação da Lei nº 12.249/10 que incrementou um parágrafo no Artigo 12º da Lei 9.295/46, Lei está que cria o Conselho Federal de Contabilidade. Destaca-se então “Os técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazê-lo até 1º de junho de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão.” (BRASIL, 2010).

Gráfico 4 - Segmento de Atuação

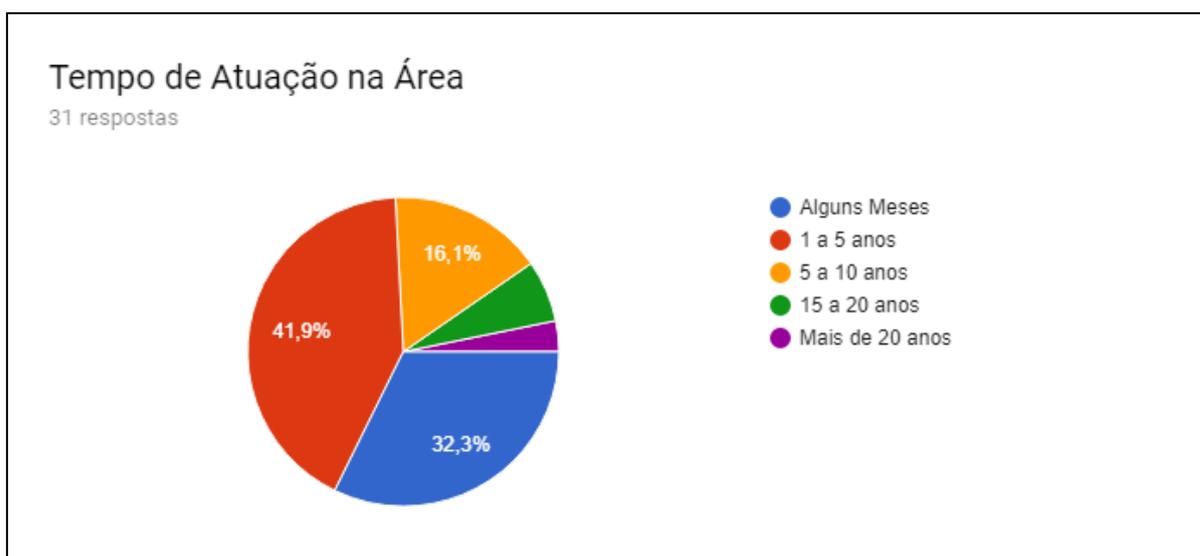


Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, 54,8% dos contabilistas atuam em escritórios de contabilidade, enquanto 35,5% realizam atividades de contabilistas em empresas privadas internamente, e 9,7% dos respondentes são autônomos e trabalham com contabilidade sem nenhum vínculo empregatício.

Em comparação com a pesquisa realizada em 2009, os contabilistas que atuam em entidades privadas tiveram um pequeno aumento de 5% com relação aquele ano. Autônomos do mesmo modo, teve um aumento de 1,7% com relação ao ano de 2009.

Gráfico 5 - Tempo de atuação na área



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Diante dos resultados da pesquisa, a maioria dos contabilistas que atuam na cidade de Juína tem entre 1 a 5 anos de experiência na área, com relação os pesquisados. Isto representa 41,9%, logo depois vem destacando com 32,3% que atuam a menos 1 ano como profissionais contábeis, posteriormente observa-se que apenas 6,45% dos profissionais tem entre 15 e 20 anos de atuação na área, por fim, apenas 3,23% tem mais de 20 anos de atuação neste ramo.

Com relação a pesquisa que está tendo como base de comparação, a diferença se dá com relação aos profissionais que atuam há mais de 20 anos no mercado de trabalho como profissionais contábeis. Na pesquisa realizada em 2009 havia 31% dos profissionais atuando com mais de 20 anos, já nesta pesquisa realizada em 2018 apenas 3,23% dos profissionais tem mais de 20 anos no mercado de trabalho.

Gráfico 6 - Observação da profissão contábil



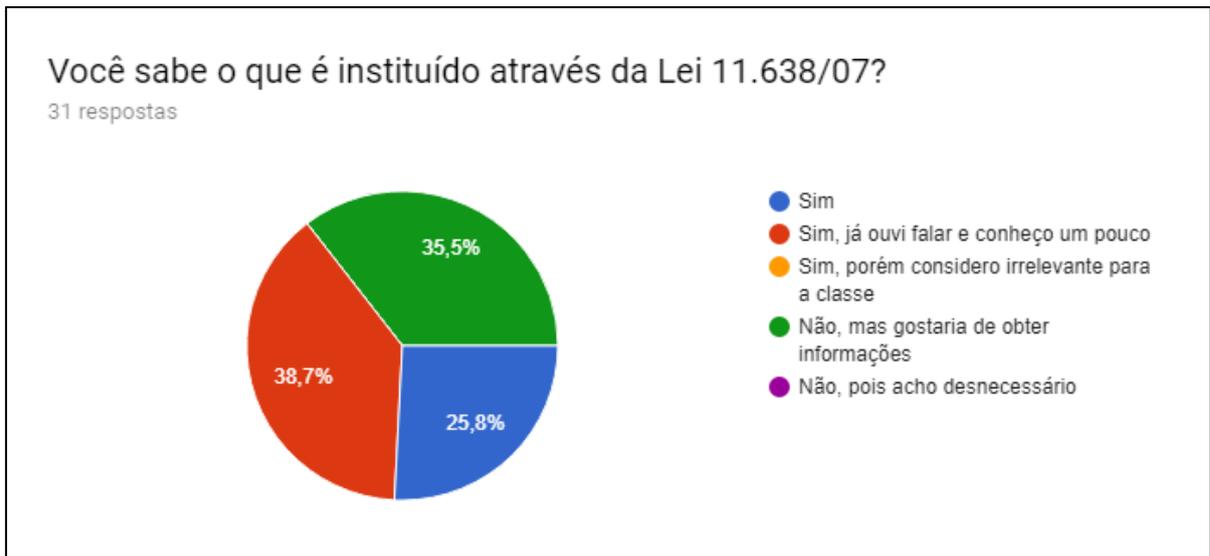
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Diante dos resultados obtidos podemos destacar que 35,5% dos entrevistados consideram a profissão contábil como uma profissão que ainda está em fase de expansão e reconhecimento, enquanto 32,3% consideram que o profissional contábil é uma profissão promissora, e 16,1% consideram que a profissão contábil iguala-se a outras profissões de grande importância dentro das organizações, e também 16,1%, a consideram como uma profissão saturada de mercado.

Com relação à pesquisa realizada em 2009, destaca-se que naquele ano 40% dos entrevistados consideravam a profissão contábil como uma que se iguala a outras profissões de grande importância dentro das organizações, e também uma profissão promissora.

Conforme destaca os resultados podemos correlatar que a profissão contábil é sim uma profissão promissora, diante de tantas exigências e alterações nas normas e legislação, os profissionais precisam estar cada vez mais capacitados para desempenhar esta profissão.

Gráfico 7 - Conhecimentos sobre a Lei 11.638/07



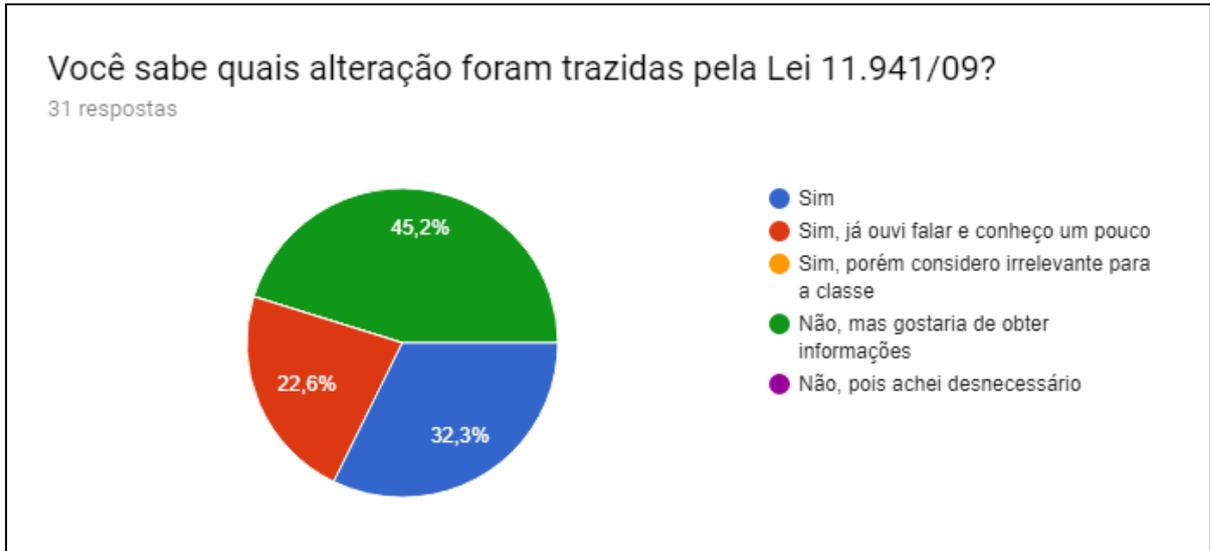
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Apesar de passar quase dez anos após a introdução das normas internacionais de contabilidade, ainda podemos observar que maioria dos profissionais não sabe realmente o que ocorreu com essas alterações.

Diante dos resultados obtidos, observa-se que 38,7% dos respondentes já ouviram falar sobre as alterações instituídas pela Lei 11.638/07, e 35,5% nunca ouviram falar sobre estas alterações, mas gostariam de obter informações, e 25,8% já ouviram falar e sabem quais alterações ocorreram após a promulgação desta Lei.

Com relação aos resultados obtidos na pesquisa realizada em 2009, pode-se destacar que o número de pessoas que sabe o que é instituído pela lei 11.638/07 caiu, pois antes era de 47% e no ano de 2018 de apenas 25,8%. Já as pessoas que ouviram falar e conhecem ao menos um pouco tiveram um aumento positivo com relação à pesquisa anterior que era de 29% e agora é de 38,7%. Houve também um aumento em 2018 o número de pessoas que não tinham conhecimento sobre o que era instituído pela Lei, mas que gostariam de obter estas informações, em 2009 apenas 19% não sabiam e em 2018 foi de 35,5% dos respondentes.

Gráfico 8 - Conhecimentos sobre a Lei 11.941/09



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

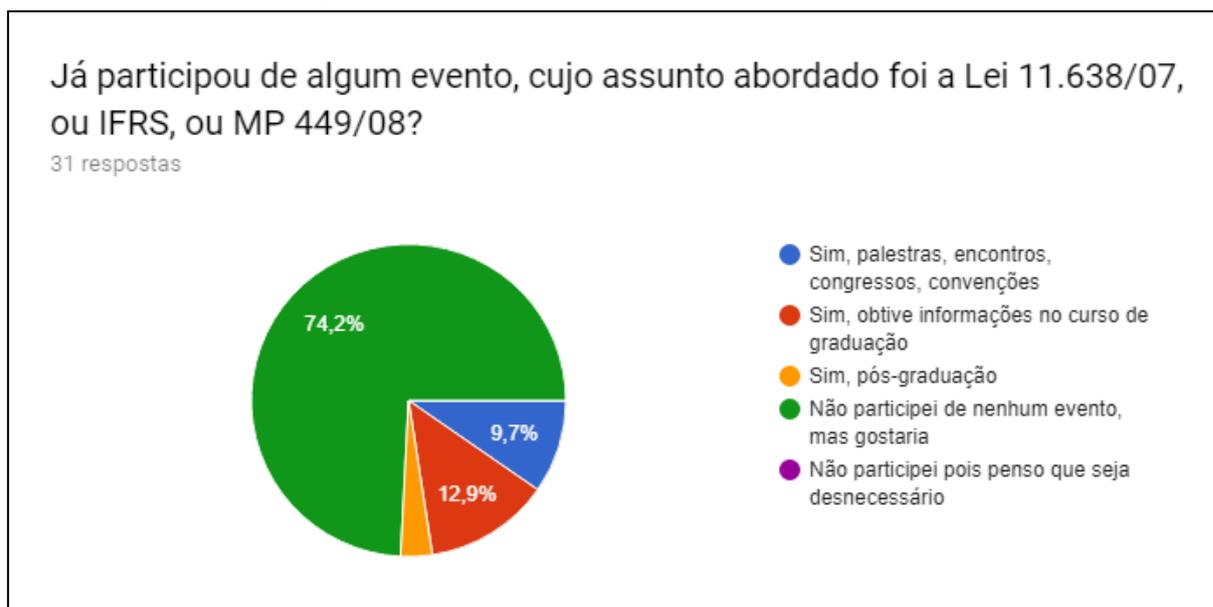
Em relação ao questionário anterior, aqui destacamos sobre a Lei 11.971/09, que entrou em vigor para adequar alguns procedimentos práticos que havia sido alterado pela Lei 11.638/07, fazendo com que a contabilidade praticada no Brasil estivesse em consonância com a contabilidade internacional.

De acordo com os dados coletados, 45,2% dos pesquisados não sabem quais foram as alterações introduzidas pela Lei destacada na pergunta, e 32,3% dos profissionais têm noção das alterações introduzidas por esta Lei, e 22,6% já ouviram falar sobre as alterações e conhecem um pouco sobre Lei.

Vale destacar que, conforme foi comentado no questionário anterior, após passar quase dez anos da introdução desta Lei com as novas práticas contábeis a maioria dos respondentes deste questionário não sabem o que foi instituído pela Lei 11.941/09.

Podemos destacar algumas alterações que deveriam ser do conhecimento de todos os profissionais, onde o Balanço Patrimonial na parte do Ativo tinha uma classificação de três grupos: a) ativo circulante; b) ativo realizável em longo prazo; e c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado intangível e diferido. Através da Lei 11.941/09 o Balanço Patrimonial passou a ser dividido na parte do Ativo em apenas dois grupos: a) ativo circulante; e b) ativo não circulante, dividido em realizável em longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Gráfico 9 - Participação em eventos sobre a Lei 11.638/07 ou IFRS ou MP 449/08



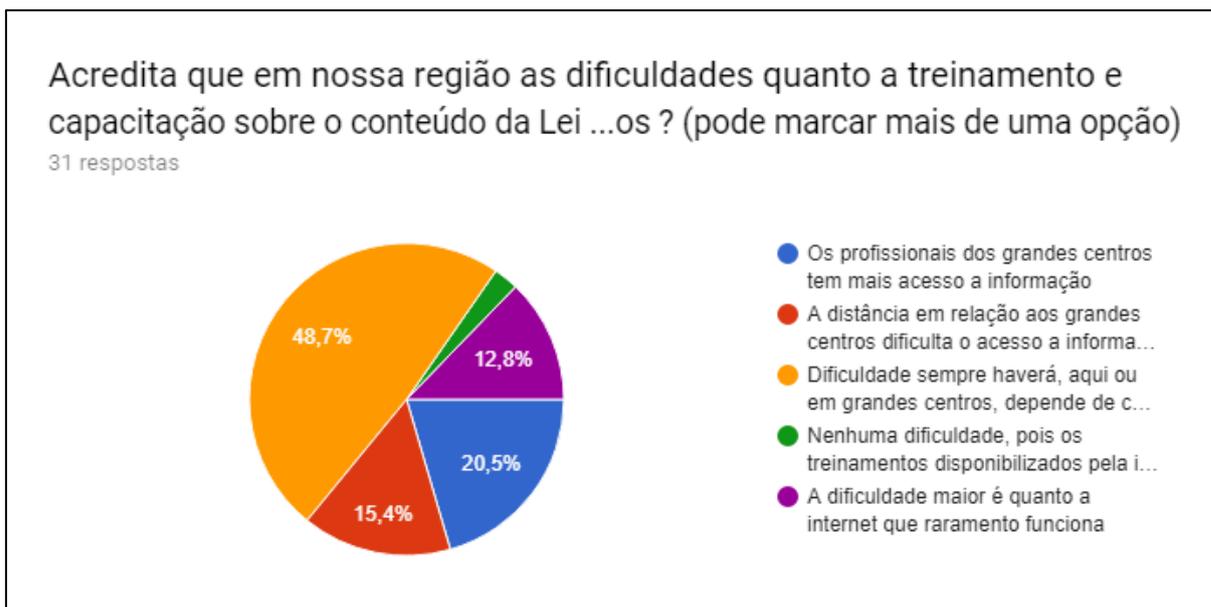
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Apesar dos resultados apresentados nos questionários anteriores serem desfavoráveis em relação à capacitação e orientação dos respondentes sobre as alterações realizadas pela Lei 11.638/07, pôde-se observar que muitos têm vontade de se capacitar e entender essas alterações.

Sendo assim, diante dos resultados podemos observar que 74,2% dos respondentes nunca participaram de nenhum evento relacionado à Lei 11.638/07 ou MP 449/08, mas gostariam de participar de eventos com estes temas, já 12,9% participaram de eventos com estes temas, mas dentro do período de graduação na faculdade, e 9,7% participaram de palestras, eventos, ou congressos que abordaram o tema, e 3,20% ouviu falar sobre esta Lei quando estavam cursando pós-graduação.

Em comparação com a pesquisa realizada em 2009, podemos ver que a maioria dos respondentes também não participou de nenhum evento relacionado aos temas citados, porém gostariam de participar de eventos para poder capacitar-se.

Gráfico 10 - Desafios em nossa região em relação à capacitação



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Neste gráfico foi realizado uma pergunta junto com os contabilistas de se eles acreditavam que em nossa região as dificuldades quanto a treinamento e capacitação sobre o conteúdo da Lei 11.638/07 e dos pronunciamentos contábeis são as mesmas em comparação com os grandes centros?

Diante da análise dos resultados deste gráfico, podemos observar que 61,3% dos pesquisados acreditam que as dificuldades para a capacitação sobre os conteúdos relativos à Lei 11.638/07 e os pronunciamentos técnicos sempre apresentará dificuldade aqui e nos grandes centros, e que isto depende do interesse de cada profissional, já 25,8% acreditam que os profissionais dos grandes centros têm mais acesso a estas informações, enquanto 19,4% acredita que a distância com relação aos grandes centros pode dificultar o acesso às informações, ainda 16,1% consideram que a dificuldade maior é quanto à *internet* que raramente funciona, e 3,2% acreditam que não há nenhuma dificuldade porque treinamentos disponibilizados na *internet* e os livros são suficientes para se capacitar em relação ao tema.

Após analisar este resultado podemos observar que os profissionais contabilistas entendem que o real motivo desta quantidade de desinformações referente à introdução das normas contábeis são deles mesmos, por não terem uma preocupação em se capacitar. Os contabilistas que responderam que não tinham conhecimento sobre o que introduzido com a Lei 11.638/07, foram os mesmos que responderam que sempre haverá dificuldades aqui ou em grandes centros, o que prevalecerá é o interesse de cada um.

Gráfico 11 - As práticas contábeis e o comportamento dos clientes



Fonte: Elaborado pelo Autor

De acordo com os resultados obtidos nesta pergunta podemos verificar que 83,9% dos respondentes relatam que seus clientes não compreendem a real necessidade das novas práticas contábeis, e 9,7% relataram que poucos clientes já se adequaram as novas práticas, já 6,4% apontaram que a maioria de seus clientes se adequou às novas normas contábeis.

Após verificar o resultado desta pesquisa realizada em 2018 e comparar com uma realizada no ano de 2009, podemos observar que após passar quase dez anos da introdução destas normas, muitos empresários ainda não têm real noção sobre a introdução das novas normas contábeis.

Diante dos resultados encontrados pode-se destacar a pergunta referente ao conhecimento dos profissionais contabilistas da cidade de Juína que tem o conhecimento sobre o que é instituído pela Lei 11.638/07, 38,7% dos respondentes já ouviram falar, mas conhecem pouco sobre esta Lei. E também podemos destacar a pergunta sobre a Lei 11.941/09 que também é relacionada ao processo de convergência às normas contábeis no Brasil e diferente da questão destacada anteriormente, a porcentagem de respondentes que não tem o conhecimento desta Lei é de 45,2%.

3.1 Discussão Geral dos Resultados

Diante das práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, surgiu-se a preocupação de como os profissionais contabilistas do município de Juína estão se adequando. Diante desta preocupação foi realizado uma análise complementar dos resultados encontrados no trabalho de Celiane realizado no ano de 2009, quando se iniciava o processo de convergência as normas contábeis.

Perante os resultados encontrados na pesquisa pode-se observar que a maioria dos respondentes ainda não estão totalmente qualificados, e que a maioria destes profissionais nem se quer conhecem realmente as alterações que ocorreram após a promulgação da Lei 11.638/07.

Dentre as grandes dificuldades encontradas pelos profissionais para devida capacitação, podemos considerar a péssima qualidade da internet na região e a distância com relação aos grandes centros, onde teriam mais facilidades para realizar a devida capacitação.

Sendo assim, esta pesquisa corrobora com os resultados encontrados no estudo realizado por Grecco *et al* (2013) onde a falta de suporte de sistema de informações e a falta de profissional qualificado são os maiores gargalos para a profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência às normas contábeis trouxe uma nova realidade para as práticas contábeis, fazendo com que as demonstrações elaboradas sejam comparadas com facilidade em qualquer parte do país e do mundo. Considerando que mesmo as pequenas localidades fazem parte do todo, e que a partir disso também estão inseridas no contexto de harmonização das práticas contábeis em um nível internacional, buscou-se investigar como os contabilistas do município de Juína-MT estão enfrentando os desafios trazidos a partir destes acontecimentos.

Como forma de atingir ao objetivo geral da pesquisa, foi aplicado um questionário de perguntas fechadas, por meio de uma plataforma digital, aos contabilistas da referida localidade. De um total de 200 questionários enviados, obtiveram-se 31 respostas, onde os principais resultados apontam para falta de oportunidade de capacitação como um dos principais gargalos do processo.

Como resultado à adicional fez-se uma análise complementar com o trabalho elaborado por Celiane Pascoal Guebara realizado em 2009, com o intuito de analisar as principais mudanças ocorridas ao longo de quase 10 anos, desde o início das adequações. Sendo assim, pode-se destacar as perguntas com relação ao conhecimento sobre a Lei 11.638/07. Naquele ano, 47% dos respondentes conheciam esta Lei e sabiam o que era instituído por ela, e na pesquisa realizada em 2018, apenas 38,7% dos contabilistas tinham conhecimento da mesma Lei e sabiam o que é instituído por ela. Este é um fator que remete a uma preocupação acerca do conhecimento mínimo que os profissionais da contabilidade precisariam ter para o correto exercício da profissão. Embora, de acordo com as respostas, existam poucas possibilidades de capacitação no município em questão, as facilidades da *internet* deveriam colaborar para a expansão do conhecimento a respeito da legislação vigente no país.

De acordo com os principais desafios enfrentados pelos contabilistas pode-se destacar que a distância com relação aos grandes centros e a falta de internet de qualidade para realizar os devidos cursos ou treinamentos para atualização impactam na qualificação dos profissionais que estão localizados no município de Juína.

Diante do objetivo exposto, é possível afirmar que o mesmo foi atingido, que era o de realizar uma pesquisa junto com os contabilistas da cidade de Juína para observar como eles

estão se comportando após a convergência às normas contábeis. E posteriormente realizar uma análise complementar com o trabalho de Celiane Pascoal Guebara, que também realizou uma pesquisa com a mesma finalidade, porém no ano de 2009, ano em que iniciava-se as novas práticas contábeis.

Conclui-se que diante dos resultados obtidos, os contabilistas da cidade de Juína ainda estão em um processo de aprendizado e procurando meios para se capacitarem e os mesmos reconhecem que o problema em si é a falta de interesse em entender o processo pelo qual o país teve que passar para realizar uma contabilidade uniforme.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGOSTINI, C.; CARVALHO, J. T. D. **A Evolução da Contabilidade: Seus Avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais**. Instituto de Ensino Superior Tancredo de Almeida Neves. Amário de Produção. 2011.

ALEIXO, L. P. D. S. **A Importância da Informatização na Contabilidade**. Univás. Pouso Alegre, p. 13. 2013

AMARAL, M.; COSA, C.; CAMPOS, F. Capacitação Profissional: Um Estudo Sobre a Adoção das IFRS - Normas Internacionais de Contabilidade - Nas Instituições Particulares de Ensino Superior do ABC. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 117-139, Jan/abr 2010. Acesso em: 21 Fev. 2018.

BACCI, J. **Estudo Exploratório Sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro - Uma Contribuição ao Registro de sua Evolução História**. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. São Paulo, p. 178. 2002.

BACEN. BACEN. **Banco Central do Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 Março 2018.

BARBOSA, L. F. Administradores. **Administradores**, 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/ifrs-um-pouco-de-historia/59939/>>. Acesso em: 07 Junho 2018.

BRASIL. Código Comercial. **Lei n. 556. de 25 de junho de 1850**, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10556-1850.htm>. Acesso em: 09 Março 2018.

_____. LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009. **Legislação Tributária Federal**, 27 Maio 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37>. Acesso em: 21 Fev. 2018.

_____. Lei 12.249, de 11 de Junho de 2010. **Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de**, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm#art76>. Acesso em: 19 Setembro 2018.

BUGARIM, M. C. C.; OLIVEIRA, O. V. D. A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislação, Órgãos de Fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Resende/RJ, 22, 23 e 24 Outubro 2014. 16.

CARMO, C. H. S. D.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. D. Convergência de Fato ou de Direito? A Influência do Sistema Jurídico na Aceitação das Normas Internacionais para Pequenas e Médias Empresas. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 242-262, Set./Out./Nov./Dez 2011.

CARVALHO, C. D. F. D. M. et al. Uma Análise das Diferenças em Termos dos Interesses Profissionais a Partir do Projeto de Substituição da IAS 39. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 68, p. 181-194, 2015. Acesso em: 10 Fev. 2018.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **CFC**, 2018. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br>>. Acesso em: 24 Março 2018.

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. A Divulgação Voluntária no Contexto da Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 18, n. 62, p. 658-677, Out./Dez. 2016.

CVM. CVM. **Comissão de Valores Mobiliários**, 2018. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 25 Março 2018.

DICIO Online. **Dicio Online**, 2018. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/convergente/>>. Acesso em: 30 Maio 2018.

FASB. FASB. **Financial Accounting Standards Board**, 2018. Disponível em: <<http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1176154526495>>. Acesso em: 14 Abr. 2018.

FERNANDES, B. V. R. et al. Percepção de Docentes de Cursos de Graduação em Ciências Contábeis Sobre a Função e Atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 60-81, out./dez 2011.

FLORIANÓPOLIS. **A evolução das práticas contábeis ao longo da história do Brasil**. 7º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. Florianópolis, p. 18. 2017.

FREIRE, M. D. D. et al. Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 3-22, Set 2012.

GELBCKE, E. R. **Apresentação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**. Representante da FIPECAFI no CPC Sócio da Directa Auditores. Brasília, p. 59. 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVERIA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GERON, C. M. S. **Evolução das Práticas Contábeis no Brasil nos Últimos 30 anos: Da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 300. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GONÇALVES, J. C. et al. Análise do Impacto do Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Um Estudo com Base na Relevância da Informação Contábil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 25-43, Jul./Set. 2014. ISSN 189-3337.

GRECCO, M. C. P. et al. Percepção dos Profissionais Brasileiros com Relação ao Processo de Convergência Contábil às Normas Internacionais. **Revista Enfoque, Reflexão Contábil**, Paraná, v. 32, n. 3, p. 111-128, Set./Dez 2013.

GUIMARÃES, L. M. et al. **O Profissional Contábil Diante da Convergência das Normas Contábeis: Análise da Preparação Desse Profissional nos Processos Organizacionais**. SIMOPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA VIII. Rio de Janeiro, p. 1-15. 2011.

IBRACON. IBRACON. **Instituto dos Auditores Independentes do Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 25 Março 2018.

IFRS. A Fundação IFRS. **Quem nós Somos**, 2017. Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acesso em: 24 Março 2018.

IKUNO, L. M. et al. Contabilidade Internacional: Uma Análise da Produção Científica nos Principais Periódicos Internacionais da Área - 2000 a 2009. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 142-163, Abril/Maio 2012.

IUDÍCIBUS, S. D. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S. D.; LISBOA, P. CONTABILIDADE: Entre umas e Outras. **Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 1-6, Set. 2007.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicável as Demais Sociedades)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. D.; RICARDINO, Á. A. A Primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil* Lei nº 1.083 - 22 de Agosto de 1860. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 29, p. 7-25, 2002. Acesso em: 09 Março 2018.

KARLINSKI, L. F.; BIANCHINI, E. C. O Perfil do Profissional Contábil e sua Adaptação a Padronização as Normas Internacionais de Contabilidade em Tangará da Serra - MT. **Revista UNEMAT**, Tangará da Serra, v. 5, n. 3, p. 361-380, Jan./Jun. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

LOUREIRO, M. M.; DIAS, R. P. **BR GAAP, US GAAP e IFRS: Análise das Divergências Entre os Resultados da CST no Exercício de 2003**. Universidade Federal do Espírito Santo -UFES. Vitória, p. 8-118. 2005.

MACEDO, M. A. D. S.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil Num Contexto de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 1, p. 65-85, Jan./Mar. 2013. ISSN 1809-3337.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing Uma Orientação Aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, E.; MARTINS, V. A.; MARTINS, É. A. Normatização Contábil: Ensaio Sobre Sua Evolução e o Papel do CPC. **Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, v. 1, p. 7-30, Set 2007. ISSN 1.

MERLO, A. **O Contabilista do Século XXI**. Jornal do CFC. Brasília, p. 1-12. 2006.

MUNHÃO, E. E. et al. A Convergência Contábil aos Padrões Internacionais: Diferenças entre IFRS PMEs e CPC PME. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Tangará da Serra, v. 2, n. 4, p. 29-36, Jul./dez. 2013.

PAZZANI, L. et al. Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento. **Reista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012.

PELEIAS, I. R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Adiministração On Line - FECAP**, v. 5, p. 38-54, Jul/Ago/Set 2004. ISSN 3. Acesso em: 21 Março 2018.

SAYED, S.; KASSUBA, C. T.; DUARTE, S. L. A Lei das Sociedades Anônimas e o Processo de Convergência para os Padrões Internacionais Contados Pela História Oral e de Vida. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, São Paulo, v. 7, p. 252-270, jan/abr 2017. ISSN 1. Acesso em: 23 Março 2018.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. D. **História do Pensamento Contábil**. São Paulo: Atlas, v. 8, 2006.

SIGNIFICADOS. Significados, 2018. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/ifrs-contabilidade/>>. Acesso em: 07 Junho 2018.

SILVA, A. C. R. D.; MARTINS, W. T. S. **História do Pensamento Contábil - Com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

SILVA, D. M. D. **O Impacto dos Estilos de Aprendizagem no Ensino de Contabilidade na FEA-RP/USP**. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, p. 172. 2006.

SOUZA, R. G. **Aplicação IFRS para Pequenas e Médias Empresas**. Mestrado em Ciências Contábeis e Atariais. São Paulo: [s.n.]. 2012. p. 126.

TANAKA, I. D. S. et al. **Adequação as Normas Internacionais de Contabilidade em Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Junto aos Escrtórios Contábeis**. Dialogos em Contabilidade: teoria e pratica (Online). [S.l.], p. 1-21. 2013.

THOMAZ, J. L. P.; SCHNEIDER, L. C.; KRONBAUER, C. A. Estudo das Normas e Práticas Contábeis Adotados pelas Empresas Industriais do Mercosul e Comunidade Andina: Convergência Referente a Mensuração e Evidenciação das Propriedades para Inverstimento. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 2-18, Jan./Abr. 2015.

VERGARA, S. C. **Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

VIDAL, V. D. C. F.; VIDAL, A. D. C.; MACIEL, C. P. **Contabilidade Internacional: Estudo dos Resultados dos Demonstrativos Contábeis Segundo Normas Americanas, Brasileiras e Internacionais de uma Empresa do Setor de Siderurgia**. VII Brazilian Virtual Conference - Administração. Online, p. 17. 2011.

ZEFF, S. A. A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 25, p. 300-320, set./out./nov./dez. 2014. Acesso em: 29 Março 2018.

ANEXOS

Convergência as Normas Contábeis

Olá, Sou Gabriel M. Leandro, acadêmico do curso de bacharelado em Ciências Contábeis na faculdade Ajes. Estou realizando uma pesquisa para o meu TCC sobre a Convergência as Normas Contábeis, conto com sua participação.

*Obrigatório

Endereço de e-mail *

Seu e-mail

Gênero do Contabilista? *

Masculino

Feminino

Idade *

Entre 17 a 21 anos

Entre 22 a 30 anos

Entre 31 a 40 anos

Entre 41 a 50 anos

Mais de 50 anos

Formação *

Bacharel em Ciências Contábeis

Técnico em Contabilidade

Outras

Segmento de Atuação *

- Escritório de Contabilidade
- Contabilidade Interna e Empresas Privadas
- Autônomo

Tempo de Atuação na Área *

- Alguns Meses
- 1 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 15 a 20 anos
- Mais de 20 anos

Como você observa a profissão contábil hoje ? *

- Como mais uma profissão
- Em fase de expansão e reconhecimento
- Iguala-se a outras profissões em termos de importância dentro das organizações
- Como uma profissão promissora
- Profissão saturada no mercado

Você sabe o que é instituído através da Lei 11.638/07? *

- Sim
- Sim, já ouvi falar e conheço um pouco
- Sim, porém considero irrelevante para a classe
- Não, mas gostaria de obter informações
- Não, pois acho desnecessário

Você sabe quais alteração foram trazidas pela Lei 11.941/09? *

- Sim
- Sim, já ouvi falar e conheço um pouco
- Sim, porém considero irrelevante para a classe
- Não, mas gostaria de obter informações
- Não, pois achei desnecessário

Já participou de algum evento, cujo assunto abordado foi a Lei 11.638/07, ou IFRS, ou MP 449/08? *

- Sim, palestras, encontros, congressos, convenções
- Sim, obtive informações no curso de graduação
- Sim, pós-graduação
- Não participei de nenhum evento, mas gostaria
- Não participei pois penso que seja desnecessário

Acredita que em nossa região as dificuldades quanto a treinamento e capacitação sobre o conteúdo da Lei 11.638/07 e dos pronunciamentos contábeis são as mesmas em comparação com os grandes centros ? (pode marcar mais de uma opção) *

- Os profissionais dos grandes centros tem mais acesso a informação
- A distância em relação aos grandes centros dificulta o acesso a informações
- Dificuldade sempre haverá, aqui ou em grandes centros, depende de cada profissional o interesse em se utilizar ou não
- Nenhuma dificuldade, pois os treinamentos disponibilizados pela internet e livros são suficientes
- A dificuldade maior é quanto a internet que raramente funciona

Quanto aos novos praticas contábeis, como os clientes se comportaram diante destas alterações? *

- Maioria dos clientes já se adequaram as novas normas
- Poucos clientes já se adequaram as novas normas
- Alguns clientes não compreendem a real necessidade das novas normas contábeis